



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA – DECON – SEDE

BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GABRIEL ALLAN FELIX DE MESQUITA LIMA

O IMPACTO DAS PRÁTICAS ASG EM INDÚSTRIAS COMO
IMPULSIONADORAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: Um estudo de caso da fábrica
de baterias Moura.

RECIFE

2026

GABRIEL ALLAN FELIX DE MESQUITA LIMA

O IMPACTO DAS PRÁTICAS ASG EM INDÚSTRIAS COMO
IMPULSIONADORAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: Um estudo de caso da fábrica
de baterias Moura.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Economia da Universidade
Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Prof. Dr. Ana Cristina Guimarães Carneiro.

RECIFE

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Suely Manzi – CRB-4 809

L732i Lima, Gabriel Allan Felix de Mesquita.
O impacto das práticas ASG em indústrias como
impulsionadoras do desenvolvimento local: um
estudo de caso da fábrica de baterias Moura /
Gabriel Allan Felix de Mesquita Lima. – Recife, 2026.
27 f.

Orientador(a): Ana Cristina Guimarães Carneiro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Bacharelado em Ciências Econômicas, Recife, BR-
PE, 2026.

Inclui referências.

1. Eletroquímica industrial. 2. Planejamento
regional. 3. Imposto de importação .
4. Acumuladores - Belo Jardim (PE) 5. Impactos
socioambientais . I. Carneiro, Ana Cristina
Guimarães, orient. II. Título

CDD 330

GABRIEL ALLAN FELIX DE MESQUITA LIMA

**O IMPACTO DAS PRÁTICAS ASG EM INDÚSTRIAS COMO
IMPULSIONADORAS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL: Um estudo de caso
da fábrica de baterias Moura.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Economia da
Universidade Federal de Rural de
Pernambuco, como requisito parcial para
obtenção do título de Graduação em
Economia.

Aprovado em: 09/07/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ANA CRISTINA GUIMARAES CARNEIRO**
Data: 13/07/2026 07:58:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Cristina Guimarães Carneiro (Orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
 **ISABEL CRISTINA PEREIRA DE OLIVEIRA**
Data: 13/07/2026 17:00:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Isabel Cristina Pereira de Oliveira (Examinador Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Documento assinado digitalmente
 **CRISTIANE SOARES DE MESQUITA CALLOU**
Data: 11/07/2026 09:58:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Cristiane Soares de Mesquita Callou (Examinador Interno)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

RESUMO

Este estudo analisa a influência das práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) do polo industrial do Grupo Moura no desenvolvimento de Belo Jardim (PE). Metodologicamente, trata-se de um estudo de caso quantitativo e documental, baseado na triangulação de dados secundários oficiais deflacionados pelo IPCA para dezembro de 2025, além do uso de variáveis de controle regional. Os resultados ecológicos evidenciam a maturidade da logística reversa do chumbo e o avanço da cobertura vegetal local para 57,91%, sendo compatíveis com o desacoplamento físico real e oferecendo evidências favoráveis contra a hipótese de greenwashing. No pilar socioeconômico, a folha de pagamento da indústria responde por 33% da massa salarial do município, e os resultados sugerem que sua atuação está associada ao fortalecimento do emprego formal (com expansão de 8,20%) e à retenção de capital humano no interior. Contudo, emerge o paradoxo do enclave industrial e fiscal: embora o setor secundário retenha 38,21% do VAB e o PIB Real tenha expandido 99,23%, o caixa público apresenta dependência crônica de recursos exógenos, visto que o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) supera em quase três vezes a arrecadação tributária própria. Conclui-se que a agenda ASG está associada a externalidades territoriais legítimas, mas o impacto fiscal para o desenvolvimento autônomo municipal é limitado pela estrutura tributária.

Palavras-chave: Eletroquímica industrial; Planejamento regional; Imposto de importação; Acumuladores - Belo Jardim (PE); Impactos socioambientais.

ABSTRACT

This study analyzes the influence of Environmental, Social, and Governance (ESG) practices from the industrial hub of the Moura Group on the development of Belo Jardim (PE). Methodologically, it is a quantitative and documentary case study based on the triangulation of official secondary data deflated by the IPCA to December 2025, alongside the use of regional control variables. The ecological results highlight the maturity of lead reverse logistics and the expansion of local natural vegetation cover to 57.91%, consistent with physical decoupling and providing favorable evidence against the hypothesis of greenwashing. In the socioeconomic pillar, the industry's payroll accounts for 33% of the municipality's wage mass, and the results suggest that its operations are associated with the strengthening of formal employment (with an 8.20%) and the retention of human capital in the hinterland. However, the paradox of the industrial and fiscal enclave emerges: although the secondary sector retains 38.21% of the Value Added Tax (Gross Value Added - GVA) and Real GDP expanded by 99.23%, the public treasury exhibits chronic dependence on exogenous resources, given that transfers from the Municipal Participation Fund (FPM) exceed its own tax revenues by nearly three times. It is concluded that the ESG agenda is associated with legitimate territorial externalities, yet the fiscal impact on the municipal autonomous development is limited by the tax structure.

Keywords: Industrial electrochemistry; Regional planning; Import tax; Accumulators – Belo Jardim (PE); Socio-environmental impacts.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	OBJETIVOS.....	9
2.1	OBJETIVO GERAL	9
2.2	OBJETIVO ESPECÍFICO	9
3	REVISÃO DA LITERATURA	10
4	METODOLOGIA	12
4.1	MÉTODO E TRATAMENTO DOS DADOS	12
4.2	INDICADORES ASG E ESTRUTURA DE ANÁLISE	13
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	15
5.1	AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DAS DIMENSÕES ASG	15
5.2	ANÁLISE DESCRITIVA E DINÂMICA TERRITORIAL	19
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
	REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as práticas Ambiental, Social e Governança (ASG) têm ganhado cada vez mais destaque no cenário corporativo mundial. Empresas de diversos segmentos passaram a adotar estratégias sustentáveis, não apenas para atender às regulamentações e expectativas de seus stakeholders (todas as partes interessadas nas ações da empresa), mas também para melhorar sua competitividade e reduzir riscos operacionais.

Sob uma perspectiva histórica, a relação entre o ambiente corporativo e a sociedade migrou de um modelo assistencialista e filantrópico no século XX para o conceito de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Conforme analisam Irigaray e Stocker (2022), embora a RSC tenha avançado ao propor a ética nos negócios, ela carecia de métricas financeiras integradas e critérios auditáveis, operando frequentemente de forma periférica nas organizações. Essa limitação impulsionou a transição para a agenda ASG, termo cunhado em 2004 pela Organização das Nações Unidas (ONU) no relatório *Who Cares Wins*, redesenhando a sustentabilidade sob critérios técnicos e mensuráveis exigidos pelo mercado de capitais.

Nesse novo arranjo, os pilares ASG passam a definir a mitigação de riscos não financeiros: a dimensão Ambiental foca nos impactos ecológicos e ecoeficiência; a Social aborda os direitos humanos e o engajamento comunitário; e a Governança assegura a transparência e a conduta ética administrativa (IRIGARAY; STOCKER, 2022). Desse modo, a prática contemporânea transita de uma postura reativa para uma estratégia em que o desempenho socioambiental e a governança corporativa determinam diretamente a resiliência e o valor de mercado de longo prazo das organizações.

No setor industrial, a adoção dessas práticas pode ser crucial para o desenvolvimento de regiões com economias menos diversificadas, como é o caso de Belo Jardim (PE), município que sedia o principal polo produtivo do Grupo Moura e que serve como delimitação para este estudo de caso. Fundado na década de 1950 no próprio município, o Grupo Moura consolidou-se como um dos maiores fabricantes de acumuladores elétricos e baterias da América do Sul e referência internacional em tecnologia de armazenamento de energia (GRUPO MOURA, 2024). Com uma trajetória marcada pelo foco contínuo em inovação e engenharia própria, a organização transformou-se em uma multinacional brasileira que fornece equipamentos originais para as principais montadoras automotivas globais instaladas no país, destacando-se simultaneamente por seu pioneirismo histórico em economia circular e logística reversa de chumbo (GRUPO MOURA, 2024). A implementação dessas

diretrizes pode trazer benefícios estruturais, tais como o incentivo a investimentos em infraestrutura, a capacitação da mão de obra local e a abertura de oportunidades de mercado para pequenos e médios fornecedores da região.

Além disso, a presença de corporações comprometidas com a sustentabilidade possui o potencial de robustecer a economia local, mitigar passivos ambientais e promover melhorias na saúde e no bem-estar da população. Dessa forma, a incorporação de preceitos ASG nas indústrias pode transcender o crescimento econômico privado, impactando positivamente a qualidade de vida da comunidade no entorno do ecossistema fabril.

Contudo, autores como Yu, Luu e Chen (2020) alertam para a necessidade de vigilância quanto ao fenômeno do *greenwashing*, caracterizado pela adoção de ações superficiais ou puramente cosméticas de sustentabilidade, voltadas apenas à promoção da imagem institucional, sem que haja um compromisso real com mudanças estruturais. Na visão de Irigaray e Stocker (2022), esse tipo de assimetria informativa representa um risco crescente para a credibilidade das iniciativas empresariais sustentáveis, tornando o monitoramento externo indispensável.

A partir desse contexto, surge a questão central deste estudo: de que maneira as práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) e de economia circular adotadas pelo polo industrial do Grupo Moura influenciam o desenvolvimento socioeconômico e ambiental no município de Belo Jardim (PE)? Compreender essa relação é fundamental para avaliar os reais impactos das estratégias corporativas na comunidade local, fornecendo subsídios teóricos e práticos para o aprimoramento de políticas públicas e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável regional.

A hipótese deste trabalho é que a implementação efetiva das práticas ASG pelas Indústrias Moura tem contribuído de forma mensurável para o desenvolvimento de Belo Jardim (PE), gerando avanços estruturais, sociais e econômicos. Espera-se que esses impactos sejam maximizados pela colaboração com atores locais, de modo que as ações de sustentabilidade consolidem a posição competitiva da organização ao mesmo tempo em que promovem externalidades territoriais positivas.

Para investigar essa questão, realizou-se um estudo de caso único sobre o polo industrial das Indústrias Moura em Belo Jardim (PE), adotando uma abordagem estritamente quantitativa e documental. A pesquisa fundamenta-se no cruzamento de dados secundários de balanços contábeis públicos municipalizados, séries históricas de produção agregada e indicadores macroeconômicos oficiais da região. Segundo Moraes et al. (2024) e Corrêa e

Bidarra (2022) sobre a expansão de cadeias produtivas no desenvolvimento local, esse desenho metodológico permite avaliar os efeitos reais das práticas ASG sob critérios técnicos e mensuráveis, proporcionando uma visão analítica sobre a capacidade de retenção de riqueza e a autonomia fiscal do território.

A justificativa para a realização deste estudo reside na crescente adoção de agendas de sustentabilidade por empresas industriais e na premente necessidade de avaliar seus impactos práticos no desenvolvimento regional. Embora a literatura aponte os benefícios corporativos das pontuações ASG (declarações que mensuram o impacto ASG), ainda há uma lacuna de pesquisas focadas no transbordo dessas práticas em regiões de baixa diversificação econômica. Assim, este trabalho visa contribuir para o debate acadêmico ao analisar como as ações do Grupo Moura influenciam a economia local, o mercado de trabalho e os indicadores de qualidade de vida no município.

Esta monografia está estruturada de forma ordenada. Além desta introdução, o trabalho apresenta os objetivos do estudo, seguidos pela revisão da literatura, que discute as abordagens teóricas contemporâneas sobre a agenda ASG e o desenvolvimento local. Em seguida, detalham-se os procedimentos metodológicos e as técnicas de tratamento e deflação de dados adotadas, avançando para a seção de resultados e discussões, que contém as análises descritivas e os cruzamentos socioambientais da região. Por fim, apresentam-se as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a influência das práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) do polo industrial do Grupo Moura no desenvolvimento de Belo Jardim (PE).

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as práticas ASG e de economia circular adotadas pelas Indústrias Moura, verificando sua contribuição para o desempenho ambiental e para a mitigação de suspeitas de greenwashing.
- Avaliar as externalidades sociais e educacionais do polo industrial, considerando o peso da massa salarial corporativa, a geração de empregos formais e a evolução histórica do Ideb municipal.
- Analisar o comportamento temporal dos indicadores econômicos e fiscais de Belo Jardim, evidenciando o crescimento do PIB Real e o paradoxo da autonomia tributária municipal.

3 REVISÃO DA LITERATURA

A crescente relevância das práticas ASG tem sido amplamente discutida na literatura acadêmica, com diversas pesquisas analisando seus impactos nas organizações, mercados e comunidades. Enquanto alguns estudos indicam que a adoção dessas práticas pode gerar vantagens competitivas, fortalecer a reputação corporativa e influenciar o valor de mercado das empresas, outros questionam sua efetividade e alertam para possíveis distorções na apresentação desses resultados.

Peralta *et al.* (2024) investigam as vantagens competitivas das práticas ASG em uma cooperativa, evidenciando como essas iniciativas podem impulsionar o crescimento sustentável e fortalecer a posição da organização no mercado. A pesquisa qualitativa, baseada em dados secundários, conclui que a adoção de práticas ASG contribui para a melhora da reputação e gera benefícios econômicos.

No mesmo caminho, Mazzioni *et al.* (2023) analisam a relação entre reputação, valor de mercado e o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), usando uma abordagem quantitativa descritiva com 1.120 observações entre 2016 e 2022. O estudo confirma que a adesão aos ODS é um fator chave para melhorar a reputação e o valor de mercado das empresas.

Complementando essas análises, Macedo *et al.* (2022) investigam a influência das práticas ASG na geração de valor de mercado e no custo de capital das empresas. A pesquisa, baseada em estatística descritiva e com a participação de 163 empresas brasileiras, confirma a relação positiva entre a pontuação ASG e o valor da empresa, embora destaque que a adoção dessas práticas também pode elevar o custo de capital.

De forma semelhante, o estudo "Desmistificando o ASG para as Indústrias" (SISTEMA FIEP, 2023) aponta que a incorporação de estratégias ASG traz benefícios como aumento da competitividade, melhoria da imagem corporativa, mitigação de riscos e otimização de investimentos. Além disso, as práticas ASG bem implementadas facilitam o crescimento financeiro, reduzem custos, minimizam as intervenções regulatórias e legais, e aumentam a produtividade dos funcionários.

No entanto, algumas pesquisas questionam a efetividade direta das práticas ASG no desenvolvimento local. Moraes *et al.* (2024) analisam o impacto da pontuação ASG de 20

empresas no desenvolvimento de São Carlos (SP), cruzando dados de indicadores e relatórios. Os resultados sugerem que não há uma conexão bem definida entre as ações empresariais e impactos positivos na comunidade local, apesar do bom desempenho das empresas e da cidade nos ODS.

De maneira semelhante, Irigaray e Stocker (2022) destacam a relevância das práticas ASG na tomada de decisões empresariais e sua relação com os ODS. O estudo, baseado em uma revisão teórica e documental, aponta falhas na mensuração real dos impactos das práticas ASG, ressaltando a necessidade de ações concretas para o desenvolvimento local.

Outro ponto importante de discussão é o fenômeno do *greenwashing*, onde empresas apresentam bons indicadores ASG sem que isso se traduza em um desempenho real melhorado. Yu, Luu e Chen (2020) investigam mecanismos para reduzir esse comportamento, analisando dados de 1.925 empresas internacionais. Os resultados mostram que a supervisão por investidores institucionais e a presença de diretores independentes são fatores que podem diminuir o *greenwashing* e melhorar a transparência das práticas ASG.

Por fim, estudos sobre desenvolvimento regional ajudam a entender o impacto das práticas ASG no crescimento econômico. Silva (2022) discute como a infraestrutura, inovação e o investimento externo são determinantes para a integração de uma região ao crescimento econômico. Adicionalmente, Corrêa e Bidarra (2022) analisam o papel das políticas de desenvolvimento endógeno no Brasil, enfatizando a importância da descentralização política e da atuação de atores locais para promover um crescimento territorial mais equilibrado.

A partir dessas pesquisas, é possível identificar tanto os benefícios das práticas ASG para as empresas e o mercado quanto os desafios relacionados à mensuração de seus impactos reais na sociedade e no desenvolvimento local. Essa discussão é essencial para a formulação de estratégias empresariais e políticas públicas que busquem um crescimento econômico sustentável e inclusivo.

Em seguida, será detalhada a metodologia adotada e os resultados obtidos, culminando no entendimento dos impactos das práticas ASG das Indústrias Moura na comunidade de Belo Jardim (PE).

4 METODOLOGIA

Para responder à questão central deste estudo e analisar como as práticas de Ambiental, Social e Governança (ASG) das Indústrias Moura influenciam o desenvolvimento de Belo Jardim (PE), adotou-se um desenho metodológico de natureza aplicada, estruturado em duas seções principais que compreendem a abordagem de pesquisa e o detalhamento das variáveis analisadas.

4.1 MÉTODO E TRATAMENTO DOS DADOS

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, que usa uma abordagem estritamente quantitativa e documental. A escolha do método fundamenta-se nas diretrizes de Oliveira (2008), que o define como uma estratégia ideal para investigar fenômenos contemporâneos inseridos em seu contexto real, especialmente quando as fronteiras entre o objeto e o cenário territorial não se apresentam de forma evidente. Dada a natureza do problema, o estudo de caso permite um mapeamento multidimensional de suas externalidades.

Para garantir o rigor acadêmico e mitigar assimetrias informacionais, utilizou-se a técnica de triangulação de dados por meio de duas fontes principais de evidências. A primeira consiste na pesquisa documental e institucional, centralizada na análise detalhada e rigorosa do Relatório ASG do Grupo Moura, balanços sociais e históricos de investimentos em logística reversa do chumbo e ecoeficiência.

A segunda fonte baseia-se na coleta de dados secundários e indicadores socioeconômicos agregados em séries temporais extraídas de órgãos oficiais, incluindo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeadata), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Ministério do Trabalho e Emprego por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (MTE/CAGED) e o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD).

Admite-se, como limitação de natureza documental e de coleta, que o recorte temporal das variáveis analisadas apresenta variações pontuais decorrentes da periodicidade de divulgação e do teto de atualização de cada base oficial utilizada. Enquanto indicadores de Produto Interno Bruto (PIB), receitas orçamentárias e mercado de trabalho cobrem o horizonte longitudinal de 2010 a 2023, dados espacializados de cobertura vegetal natural e a participação industrial no Valor Adicionado Bruto (VAB) utilizam intervalos temporais específicos e intermitentes de amostragem (com referências para os anos de 2013, 2016 e

2017). Essa assimetria temporal reflete estritamente a disponibilidade histórica das plataformas do IBGE e do Atlas do Desenvolvimento Humano, não comprometendo a consistência e a robustez analítica do estudo longitudinal.

Com o objetivo de neutralizar as distorções provocadas pela inflação ao longo do horizonte temporal analisado e viabilizar comparações longitudinais legítimas, todos os dados monetários foram submetidos a um processo de deflação estatística. Os valores nominais históricos foram convertidos em valores reais utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), tendo como data-base o mês de dezembro de 2025.

Ademais, para isolar choques macroeconômicos exógenos e flutuações conjunturais, as variações temporais de Belo Jardim foram analisadas comparativamente com o comportamento médio das variáveis de controle da região geográfica do Agreste Central pernambucano e do estado de Pernambuco. Esse procedimento permite identificar estatisticamente se o dinamismo observado é localmente induzido pelo polo industrial ou se reflete apenas uma tendência macroeconômica estadual.

4.2 INDICADORES ASG E ESTRUTURA DE ANÁLISE

A avaliação do nível de aderência e expansão das práticas sustentáveis das Indústrias Moura sobre o território baseia-se na adaptação do instrumento de diagnóstico ASG desenvolvido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Esse arcabouço metodológico organiza a investigação a partir de 18 tópicos de mensuração técnica, distribuídos de forma ordenada pelas três dimensões nativas do constructo:

- Dimensão Ambiental (A): Examina os impactos diretos das operações na planta de Belo Jardim. Compreende o monitoramento da pegada ecológica, clareza das políticas ambientais, avaliação do desempenho e riscos ecológicos, compromisso da alta gestão com investimentos de conservação e a mitigação de passivos associados ao manuseio de insumos industriais.
- Dimensão Social (S): Concentra-se nas dinâmicas de capital humano, relações de trabalho e engajamento comunitário. Engloba a análise das relações com os empregados, o compromisso corporativo com o desenvolvimento profissional e planos de carreira, os protocolos de saúde e segurança do trabalho na atividade fabril, a promoção da qualidade de vida e dos direitos humanos no ambiente interno, e o relacionamento externo com a comunidade local por meio de projetos sociais e canais de diálogo no entorno municipal.

- Dimensão de Governança e Gestão (G): Avalia a conformidade institucional e a sustentabilidade administrativa do negócio. Contempla a fusão entre a estratégia corporativa e as metas socioambientais de longo prazo, a estruturação de programas de integridade e canais de denúncia éticos, a transparência e eficiência da gestão financeira, os níveis de produtividade e inovação tecnológica orientados à ecoeficiência, a gestão de fornecedores locais, o relacionamento com clientes e o estrito cumprimento das legislações trabalhistas, tributárias e ambientais nas esferas públicas.

Por meio desse arranjo metodológico, as pontuações e relatórios institucionais da empresa são confrontados com o comportamento real das séries históricas de finanças públicas e cobertura vegetal natural, fornecendo o suporte empírico necessário para o teste da hipótese de pesquisa no capítulo de resultados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação do diagnóstico estruturado adaptado do instrumento ASG do Sebrae permitiu segmentar a análise de maturidade e impacto das Indústrias Moura em Belo Jardim (PE). Em conformidade com o desenho metodológico proposto, a avaliação foca-se estritamente na triangulação de dados secundários agregados e pesquisa documental. Os resultados corporativos extraídos do Relatório ASG 2024 do grupo foram confrontados com as séries históricas do PIB municipal (IBGE), os balanços do Novo CAGED (MTE) e as transferências e receitas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), permitindo mensurar de forma quantitativa e real o impacto socioeconômico da atividade industrial sobre o território.

5.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DAS DIMENSÕES ASG

O desempenho ecológico das Indústrias Moura materializa-se na maturidade operacional do seu Programa Ambiental Moura (PAM), ativo no território nacional desde a década de 1970. Os dados consolidados revelam que a estrutura de logística reversa e economia circular do grupo assegura o recolhimento e o reprocessamento de 100% das baterias chumbo-ácido comercializadas pela marca no mercado de reposição do país. No ciclo avaliado, esse ecossistema viabilizou o retorno e a destinação responsável de 144.128 toneladas de baterias inservíveis, divididas entre 138.964 toneladas coletadas pelo PAM Automotivo e 5.164 toneladas processadas pelo PAM Industrial.

Esse fluxo circular de insumos críticos foi potencializado pelo acionamento dos fornos de sua nova Unidade de Reciclagem e Metais no complexo fabril de Belo Jardim. O empreendimento, que representou um investimento de R\$ 850 milhões, foi inteiramente concebido sob as diretrizes tecnológicas da Indústria 4.0, dobrando a capacidade instalada de reciclagem de chumbo da organização para um patamar de 140.000 toneladas por ano.

Na literatura de economia industrial e regional, essa dinâmica valida empiricamente o modelo estratégico proposto pelo Sistema Fiep (2023). A internalização e o adensamento de processos circulares de grande porte funcionam como um amortecedor de riscos, reduzindo a dependência de mineração primária e mitigando a exposição da cadeia produtiva local a pressões macroeconômicas exógenas de insumos escassos. Sob a ótica territorial, a governança ecológica da planta alivia a pressão sobre os recursos naturais do entorno de Belo

Jardim, convertendo passivos ambientais severos em novos insumos reinjetados diretamente no ciclo fabril.

Esta ecoeficiência física reflete-se e é corroborada pelos indicadores ecológicos do Atlas do Desenvolvimento Humano compilados na Tabela 1: a cobertura vegetal natural de Belo Jardim expandiu-se de 55,43% para 57,91%. Essa constatação oferece suporte empírico favorável às práticas ambientais da empresa, embora os achados de Yu, Luu e Chen (2020) ressaltem que a superação definitiva das suspeitas de greenwashing dependa de uma análise contínua de transparência que extrapole métricas puramente isoladas no ecossistema.

Tal controle encontra esteio nos indicadores municipalizados do IBGE (2024), os quais registram que Belo Jardim apresenta 73,88% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e uma taxa de internações por diarreia pelo SUS zerada. O indicador epidemiológico chancela a eficácia prática da Estação de Tratamento de Efluentes Industriais (ETE) mantida no complexo produtivo do grupo, garantindo que o descarte de recursos hídricos na Bacia do Rio Ipojuca atenda rigorosamente às conformidades ambientais legais e regulatórias vigentes, neutralizando vetores de contaminação hídrica na região.

Apesar do cenário de controle operacional, o arranjo institucional da planta dialoga com o paradoxo discutido por Irigaray e Stocker (2022) sobre a assimetria informativa na gestão de riscos. Embora a indústria apresente rigorosos padrões de segurança chancelados por certificações internacionais (ISO 14001 e ISO 45001), o monitoramento fino de riscos ambientais permanece restrito ao plano de compliance corporativo fechado. Para afastar de forma definitiva suspeitas latentes de assimetria informativa, Corrêa e Bidarra (2022) apontam que a governança sustentável deve transbordar para além das instâncias privadas, integrando as matrizes de risco ecológico industrial aos planos de monitoramento e ordenamento territorial por meio da atuação conjunta de atores públicos e civis locais.

O grupo Moura encerrou seu ciclo recente com 6.707 colaboradores alocados em território nacional, exibindo uma severa concentração geográfica na região Nordeste, que responde por 4.529 postos de trabalho ativos. O impacto distributivo direto dessa estrutura fabril sobre o município estuda-se em uma métrica de dependência macroeconômica crítica: a folha de pagamento das Indústrias Moura responde, isoladamente, por 33% de toda a massa salarial distribuída no município de Belo Jardim (GRUPO MOURA, 2024).

Para além dos relatórios corporativos, o comportamento dos indicadores de emprego formal agregado do município sinaliza compatibilidade com essa capacidade indutora. Conforme os microdados do Ministério do Trabalho e Emprego consolidados no relatório do

Novo CAGED, Belo Jardim apresentou uma dinâmica de contratações expressiva, registrando 4.290 admissões contra 3.356 desligamentos, o que resultou em um saldo líquido positivo de 934 novos postos de trabalho gerados com carteira assinada, representando uma taxa real de crescimento de 8,20% no estoque total de empregos formais da cidade, fortalecendo a hipótese de associação positiva com a dinâmica do polo industrial.

A fixação dessa densidade de empregos técnicos e salários qualificados no interior do estado confirma diretamente as teorias de desenvolvimento regional endógeno postuladas por Silva (2022). Evidencia-se que a presença de uma grande indústria âncora que investe de forma continuada na qualificação profissional e corporativa atua como um polo de atração e retenção de capital humano qualificado. Os resultados sugerem que essa dinâmica de postos qualificados pode ter contribuído para ampliar a permanência de trabalhadores no município, elevando o bem-estar e dinamizando o consumo local de bens e serviços.

Essa estratégia de ancoragem socioeconômica de longo prazo estende-se e transborda nos indicadores de educação pública municipal. O investimento social indireto da organização, concentrado pelas ações socioeducativas complementares do Instituto Conceição Moura, converge temporalmente com a evolução da qualidade escolar avaliada pelo poder público. De acordo com as séries históricas oficiais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), calculadas e divulgadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC, 2024), a rede municipal de Belo Jardim apresentava, em 2011, uma nota de 3,3 nos anos iniciais do ensino fundamental, avançando de forma gradual até atingir o patamar de 4,5 no cenário recente de 2023.

Paralelamente, nos anos finais do ensino fundamental, o indicador municipal saltou de 3,1 em 2011 para 4,5 em 2023. Para fins de comparação e mensuração de relevância em escala macro, embora o município ainda atue abaixo da média nacional de 2023, que registrou nota 6,0 nos anos iniciais e 5,0 nos anos finais (INEP/MEC, 2024), a consolidação de uma trajetória histórica de crescimento e resiliência, inclusive superando os patamares pré-pandêmicos locais, sugere que os projetos socioeducativos complementares mapeados no território atuam como importantes fatores de mitigação de vulnerabilidades educacionais locais.

Esse incremento na curva de aprendizado público é compatível com as proposições territoriais de Peralta *et al.* (2024), sugerindo que investimentos consistentes do setor privado na qualificação do capital social básico tendem a se associar com o surgimento de

externalidades positivas de longo prazo, elevando a infraestrutura educacional e o desenvolvimento social da comunidade onde a organização opera.

No pilar de governança e gestão financeira, as Indústrias Moura exibem solidez institucional, atingindo uma receita líquida na casa de R\$ 4,59 bilhões, amparada pelo Programa de Integridade Moura (PIM), auditorias independentes e comitês de ética fixos liderados pela governança familiar. Conforme preconizado por Macedo *et al.* (2022) e Mazzioni *et al.* (2023), o alinhamento estratégico com critérios de conformidade regulatória e compromissos éticos com partes interessadas amplia a resiliência contábil da organização perante pressões macroeconômicas instáveis e consolida o seu valor reputacional.

Contudo, ao confrontar a solidez dos indicadores econômicos privados com a realidade orçamentária do setor público municipalizada da Tabela 1, emerge o profundo paradoxo do desenvolvimento regional que constitui o cerne crítico deste estudo. Embora a superconcentração industrial retenha 38,21% do VAB total do território e impulsiona o PIB Real para o patamar bilionário de R\$ 3,76 bilhões, a capacidade de conversão dessa riqueza em receita tributária e autonomia para o caixa do município enfrenta severos limites estruturais.

Sob a ótica das finanças públicas, evidencia-se que a centralidade da atividade fabril privada não se traduz de forma simétrica em capacidade de autofinanciamento para políticas sociais locais, como a educação básica. Essa desconexão atesta as limitações apontadas por Corrêa e Bidarra (2022) sobre o crescimento desarticulado e dependente, onde a rigidez na partilha tributária do pacto federativo impede a retenção endógena do valor adicionado. Como consequência, o caixa da prefeitura permanece atrelado a fluxos redistributivos externos, configurando o fenômeno do enclave industrial alertado por Moraes *et al.* (2024), no qual o dinamismo da governança privada coexiste com uma vulnerabilidade fiscal crônica do aparato estatal hospedeiro, limitando o transbordo dessa riqueza para o desenvolvimento autônomo do território.

Esse cenário se confirma quando se analisa a composição da Receita Orçamentária Bruta de Belo Jardim. Em 2010, os impostos locais arrecadados diretamente pelo município respondiam por modestos 5,68% do orçamento total da prefeitura. No cenário consolidado recente (2023), a Arrecadação Tributária Própria registrou um avanço real expressivo de 147,99%, atingindo R\$ 26.957,99 mil e elevando sua participação interna para 8,13% do orçamento total.

Apesar desse esforço fiscal endógeno, a dependência em relação aos fluxos financeiros exógenos e redistributivos da União permanece central: a cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), atualizada para R\$ 78.841,96 mil em 2023, representa isoladamente 23,79% de todo o orçamento público realizado pelo município. O fato de o repasse federal de FPM superar em quase três vezes toda a arrecadação tributária interna própria da prefeitura configura perfeitamente o fenômeno do enclave industrial alertado criticamente por Moraes *et al.* (2024).

A desconexão contábil identificada atesta as conclusões de Corrêa e Bidarra (2022) sobre as limitações do crescimento regional desarticulado e dependente. Conclui-se que o modelo corporativo ASG implementado pelas Indústrias Moura cumpre com rigor técnico e legitimidade prática o seu papel no pilar Ambiental e promove externalidades positivas no mercado de trabalho técnico interno.

Todavia, a estrutura dos impostos e a retenção do valor adicionado nas esferas tributárias estaduais e federais impedem que esse dinamismo privado se converta de forma automática em autonomia financeira para o poder público municipal. Para que a agenda ASG se reverta integralmente para o desenvolvimento regional de longo prazo, é imperativo que o fluxo de salários e o encadeamento produtivo local sejam coordenados por políticas públicas estratégicas voltadas à diversificação econômica dos setores de comércio e serviços, reduzindo a vulnerabilidade fiscal do município hospedeiro.

5.2 ANÁLISE DESCRITIVA E DINÂMICA TERRITORIAL

Para contextualizar o peso e a centralidade da atividade industrial no município, a Tabela 1 apresenta o comportamento longitudinal das variáveis econômicas, fiscais e ecológicas de Belo Jardim na data-base homogênea de dezembro de 2025.

O contraste regional apresentado na Tabela 1 sugere empiricamente que o dinamismo econômico observado em Belo Jardim pode estar associado à atividade do polo fabril de acumuladores elétricos. Enquanto a participação média da indústria no Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado de Pernambuco e das demais municipalidades do Agreste Central orbita estavelmente na faixa de 11% a 12%, Belo Jardim exibe uma hipertrofia industrial estrutural, onde o setor secundário salta de 36,70% e consolida-se em 38,21% da matriz de produção. Apesar dessa forte centralidade fabril, a dinâmica territorial do município também é sustentada por setores tradicionais de apoio, destacando-se o comércio e os serviços — que

atuam como importantes polos regionais de abastecimento para o Agreste Central e absorvem grande parte da mão de obra local —, além da agropecuária, historicamente enraizada na zona rural por meio da pecuária leiteira e da agricultura familiar. Mesmo diante dessa diversificação circundante, foi o adensamento da densidade produtiva privada do setor secundário que desencadeou um crescimento econômico monumental no horizonte temporal analisado: o PIB Municipal Real expandiu expressivos 99,23%, atingindo a marca de R\$ 3,76 bilhões em 2023.

Tabela 1: Matriz de Indicadores Econômicos, Fiscais e Socioambientais de Belo Jardim (Data-Base: 12/2025)

Variável de Análise	Cenário Inicial (2010)	Cenário Recente (2023)	Comportamento Real e Dinâmica Territorial
PIB Real (IBGE)	(R\$ mil) 1.892.133,58	(R\$ mil) 3.769.634,46	Expandiu 99,23%, praticamente dobrando a geração de riqueza.
Participação da Indústria no VAB (Atlas)	36,70% (Ref. 2013)	38,21% (Ref. 2016)	O setor secundário local gera quase 40% de toda a riqueza municipal.
Média Industrial de Controle - Agreste e PE	11,50%	12,10%	A densidade industrial média histórica observada em Pernambuco.
Receita Orçamentária Bruta (STN)	(R\$ mil) 191.344,68	(R\$ mil) 331.421,89	Expandiu 73,21%, taxa inferior à taxa de crescimento da atividade econômica.
Repasse Real do FPM(STN)	(R\$ mil) 50.556,56	(R\$ mil) 78.841,96	Continua financiando 23,79% do orçamento público municipal.
Arrecadação Tributária Própria (STN)	(R\$ mil) 10.870,53	(R\$ mil) 26.957,99	A arrecadação cresceu 147,99%
Cobertura Vegetal Natural (Atlas)	55,43% (Ref. 2013)	57,91% (Ref. 2017)	Constitui uma evidência favorável às práticas ambientais desenvolvidas pela empresa.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, STN, Ipeadata e Atlas do Desenvolvimento Humano (2026).

* Notas: Valores monetários originais corrigidos uniformemente para dezembro de 2025 via IPCA / Calculadora do Cidadão do Banco Central do Brasil. Dados de participação estrutural e cobertura vegetal expressos em termos percentuais puros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso buscou analisar de que forma as práticas de Ambiental, Social e Governança (ASG) adotadas pelo polo industrial das Indústrias Moura influenciam o desenvolvimento econômico, social e ambiental no município de Belo Jardim (PE). Por meio de uma abordagem estritamente quantitativa e documental, ancorada na triangulação de dados secundários oficiais, os resultados obtidos forneceram evidências que sustentam a hipótese inicialmente proposta, revelando um cenário de profundas externalidades positivas combinadas a persistentes desafios estruturais de autonomia fiscal.

No pilar ambiental, os resultados empíricos cancelaram a legitimidade física da agenda de ecoeficiência da organização, materializada no reprocessamento de mais de 144 mil toneladas de baterias chumbo-ácido via Programa Ambiental Moura (PAM) e no investimento tecnológico de R\$ 850 milhões em sua nova unidade fabril 4.0. O avanço real da cobertura vegetal natural do município para 57,91% registra o fenômeno do desacoplamento físico real entre a expansão industrial e a degradação ecológica, constituindo uma evidência favorável às práticas ambientais desenvolvidas pela empresa de afastar a possibilidade de ocorrência de práticas de greenwashing no ecossistema territorial.

Na dimensão social e econômica, evidenciou-se a robusta capacidade indutora da indústria âncora sobre o mercado de trabalho local. A folha de pagamento da corporação responde, isoladamente, por 33% de toda a massa salarial distribuída em Belo Jardim, dinâmica em consonância com as estatísticas oficiais do Novo CAGED, que apontaram uma expansão real de 8,20% no estoque de empregos formais com carteira assinada. Em total alinhamento com as teorias de desenvolvimento regional endógeno, essa retenção e qualificação de capital humano qualificado no interior de Pernambuco, sugerindo que a geração de empregos qualificados pode ter contribuído para ampliar a permanência de trabalhadores no município.

Contudo, o cerne crítico e a principal contribuição analítica deste estudo repousam na identificação do paradoxo do enclave industrial e fiscal. Embora a superconcentração industrial responda por expressivos 38,21% do Valor Adicionado Bruto (VAB) e tenha impulsionado o PIB Real do município a praticamente dobrar de tamanho (99,23%), a riqueza gerada pela iniciativa privada não se traduz automaticamente em emancipação para o setor público local. O caixa da prefeitura permanece estruturalmente atrelado e refém de transferências federais redistributivas, visto que a cota-parte do Fundo de Participação dos

Municípios (FPM) superou em quase três vezes toda a arrecadação tributária própria arrecadada de forma endógena pela municipalidade.

Diante desse cenário, conclui-se que a agenda ASG corporativa atinge seus objetivos institucionais e promove externalidades socioambientais legítimas dentro do perímetro fabril e corporativo. Todavia, a rigidez do pacto federativo e a retenção do valor adicionado nas esferas macroeconômicas superiores limitam o excesso fiscal para o território hospedeiro.

Para investigações futuras e formulação de políticas públicas estratégicas, recomenda-se que os atores públicos e civis de Belo Jardim coordenem ações de planejamento territorial voltadas à diversificação econômica, estimulando os setores de comércio e serviços locais a partir do expressivo fluxo salarial gerado pelo polo produtivo. Somente por meio do adensamento dessas cadeias de valor locais será possível mitigar a dependência crônica de receitas exógenas, convertendo o dinamismo da governança privada em desenvolvimento regional autônomo, sustentável e inclusivo de longo prazo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Estatísticas do Trabalho: Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. Brasília: MTE, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/>. Acesso em: 31 mai. 2026.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional (STN). ****Tesouro Transparente****: **Transferências Constitucionais e Fundo de Participação dos Municípios** (FPM). Brasília: STN, 2026. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/>. Acesso em: 31 mai. 2026.

CORRÊA, A.; BIDARRA, Z. **O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO COMO FORMA DE ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO E ATORES LOCAIS**. In: ALVES, Lucir Reinaldo; MATTEI, Tatiane Salete; SILVA, Cínthia Santos (org.). **Economia e desenvolvimento local** [livro eletrônico]. Toledo, PR: Núcleo de Desenvolvimento Regional, 2022. Cap. 1, p. 1. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/362909554_O_developpement_endogeno_como_forma_de_articulacao_entre_politicas_locais_de_developpement_e_atores_locais. Acesso em: 22 jun. 2026.

GRUPO MOURA. **Relatório ESG 2024: Construindo hoje a energia do futuro**. Coordenação de Comunicação Institucional e Gestão Sustentável. Belo Jardim: Grupo Moura, 2024. Relato integrado sob diretrizes GRI e IFRS. Disponível em: <https://www.moura.com.br/sustentabilidade>. Acesso em: 31 mai. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Belo Jardim: Panorama Territorial, Indicadores de Economia, Trabalho, Educação, Saúde e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/belo-jardim/panorama>. Acesso em: 31 mai. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto (PIB) Municipal a preços de mercado (Série Histórica a preços constantes de 2010 - Belo Jardim - PE, 2010-2022)**. Rio de Janeiro: IBGE / Ipeadata, 2025. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 31 mai. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): Resultados e Séries Históricas de Belo Jardim (PE) e Brasil (2011-2023)**. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 15 jul. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Ipeadata: Produto Interno Bruto (PIB) Municipal a preços constantes (Belo Jardim - PE, 2010-2022)**. Rio de Janeiro: Ipea, 2025. Disponível em: <https://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 31 mai. 2026.

IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F. **ESG: NOVO CONCEITO PARA VELHOS PROBLEMAS**. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, RJ, v. 20, n. 4, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/YKyfRmPDHhtGm3LG8jW6DQM>. Acesso em: 22 jun. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395186096>

MACEDO, P.; ROCHA, P.; ROCHA, E.; TAVARES, G.; JUCÁ, M. **O IMPACTO DO ESG NO VALOR E CUSTO DE CAPITAL DAS EMPRESAS**. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, v. 25, n. 2, p. 159-175, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.51341/cgg.v25i2.2802>. Acesso em: 22 jun. 2026.

MAZZIONI, S.; ASCARI, C.; RODOLFO, N.; DAL MAGRO, C. **REFLEXOS DAS PRÁTICAS ESG E DA ADEÇÃO AOS ODS NA REPUTAÇÃO CORPORATIVA E NO VALOR DE MERCADO**. RGO - Revista Gestão Organizacional, v. 16, n. 3, p. 59-77, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v16i3.7394>. Acesso em: 22 jun. 2026.

MORAES, C.; CUNHA, Í.; OLIVEIRA, M.; ABDALA, E.; REBELATTO, D. **MÉTRICAS ESG COMO DETERMINANTE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS CIDADES**. Revista Gestão e Desenvolvimento, v. 21, n. 1, p. 146–169, 2024. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesarvimento/article/view/3392>. Acesso em: 22 jun. 2026. DOI: <https://doi.org/10.25112/rgd.v21i1.3392>

OLIVEIRA, Elsa Guimarães. **O Estudo de Caso como Estratégia de Pesquisa. Diretrizes Metodológicas de Casos Práticos**. Brasília: Sebrae, 2008. Disponível em: <https://bibliotecas.sebrae.com.br/>. Acesso em: 31 mai. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Who Cares Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World**. New York: UN Global Compact, 2004. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org>. Acesso em: 15 jul. 2026.

PERALTA, L. *et al.* **AS VANTAGENS COMPETITIVAS DA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA AGENDA ESG: UM ESTUDO DE CASO**. Revista de Administração ATITUS, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 44-59, jul. 2024. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/raimed/article/view/5045>. Acesso em: 22 jun. 2026.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: Indicadores de Cobertura Vegetal, VAB e Vulnerabilidade Social (Belo Jardim - PE)**. Brasília: PNUD/FJP/Ipea, 2024. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 31 mai. 2026.

SILVA, C. TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO: A IMPORTÂNCIA DOS FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS. In: ALVES, Lucir Reinaldo; MATTEI, Tatiane Salete; SILVA, Cíntia Santos (org.). **Economia e desenvolvimento local** [livro eletrônico]. Toledo, PR: Núcleo de Desenvolvimento Regional, 2022. Cap. 12, p. 189. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/362909554_O_desenvolvimento_endogeno_como_forma_de_articulacao_entre_politicas_locais_de_desenvolvimento_e_atores_locais. Acesso em: 22 jun. 2026.

SISTEMA FIEP. **Desmistificando o ESG para as Indústrias**. Curitiba: Sistema Fiep, 2023. Disponível em: <https://www.sistemafiep.org.br/uploadAddress/Ebook-Desmistificando-o-ESG-para-a-Industria%5B108120%5D.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2026.

YU, E.; LUU, B.; CHEN, C. **GREENWASHING IN ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE DISCLOSURES**. Research in International Business and Finance, v. 52, p. 101192, abr. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S027553191930952>. Acesso em 22 jun. 2026. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2020.101192>